J.P.Morgan

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. nº 32.588.139/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R$ 31.412 mil, correspondente a R$ 4,16 por ação, sendo que no segundo semestre de 2015 apresentou lucro de R$ 37.043 mil. Em 30 de junho de 2016, o valor patrimonial por ação atingiu R$ 83,96 com aumento de 5,21% em relação ao semestre anterior.

São Paulo, 19 de agosto de 2016

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2016	2015
Circulante	1.979.931	943.640
Disponibilidades (Nota 4)	2.575	862
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	576.719	579.259
Aplicações no mercado aberto	15.700	27.100
Aplicações em depósitos interfinanceiros	561.019	552.159
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	75.705	11.224
Carteira própria	36.466	42
Vinculados à prestação de garantias	39.239	11.182
Outros créditos	1.324.700	352.037
Rendas a receber	474	3.421
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	1.320.408	344.138
Diversos (Notas 9 e 11)	3.818	4.478
Outros valores e bens	232	258
Despesas antecipadas	232	258
Realizável a longo prazo	6.364	7.380
Outros créditos	6.364	7.380
Diversos (Notas 9 e 11)	6.364	7.380
Permanente	6.303	6.499
Imobilizado de uso	6.303	6.499
Imobilizado de uso (Nota 10)	5.624	5.624
Outras imobilizações de uso	1.703	1.465
(-) Depreciações acumuladas	(1.024)	(590)
Total do ativo	**1.992.598**	**957.519**

Passivo	2016	2015
Circulante	1.351.713	379.518
Outras obrigações	1.351.713	379.518
Fiscais e previdenciárias (Notas 9 e 11)	18.164	19.707
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	1.320.820	344.170
Diversas (Nota 9)	12.729	15.641
Exigível a longo prazo	6.891	12.467
Outras obrigações	6.891	12.467
Fiscais e previdenciárias (Notas 9 e 11)	1.612	1.490
Diversas (Nota 9)	5.279	10.977
Patrimônio líquido (Nota 14)	633.994	565.534
Capital social	395.622	395.622
De domiciliados no país	395.622	345.622
Aumento de capital	-	50.000
Reservas de capital	578	573
Reservas de lucros	206.382	132.892
Lucros acumulados	31.412	36.447
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.992.598**	**957.519**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	42.068	32.330
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.068	32.330
Resultado bruto da intermediação financeira	42.068	32.330
Outras receitas operacionais	15.129	29.118
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	44.857	59.491
Despesas de pessoal	(15.124)	(21.036)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(7.547)	(3.803)
Despesas tributárias	(6.482)	(6.467)
Outras receitas operacionais	398	1.255
Outras despesas operacionais	(973)	(322)
Resultado operacional	57.197	61.448
Resultado antes da tributação sobre o lucro	57.197	61.448
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(25.785)	(25.001)
Provisão para imposto de renda	(11.373)	(13.457)
Provisão para contribuição social	(9.108)	(8.082)
Ativo fiscal diferido	(5.304)	(3.462)
Lucro líquido do semestre	31.412	36.447
Quantidade de ações	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre - R$	4,16	4,83

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	345.622	-	561	12	32.280	150.612	-	529.087
Aumento de capital (Nota 14)	-	50.000	-	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	36.447	36.447
Em 30 de junho de 2015	345.622	50.000	561	12	32.280	100.612	36.447	565.534
Em 31 de dezembro de 2015	395.622	-	561	17	35.955	170.427	-	602.582
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	31.412	31.412
Em 30 de junho de 2016	395.622	-	561	17	35.955	170.427	31.412	633.994

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	36.833	40.032
Lucro líquido do semestre	31.412	36.447
Ajuste ao lucro líquido:		
Ativo fiscal diferido	5.304	3.462
Atualização de depósitos judiciais	(105)	(88)
Depreciações	222	211
Variação de ativos e obrigações	(19.446)	(61.735)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	44.743	(37.514)
Aumento em TVM	(30.829)	(225)
Aumento em outros créditos	(800.642)	(11.396)
Aumento em outros valores e bens	(61)	(131)
Aumento em outras obrigações	812.721	27.642
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.378)	(40.111)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	17.387	(21.703)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(22)	(23)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(22)	(23)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.365	(21.726)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	910	49.688
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	18.275	27.962
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.365	(21.726)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 19 de agosto de 2016. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, em até 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual e ocorre no mês de agosto de cada exercício. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2016: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao patrimônio líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital da Corretora. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R$ 2.575 (2015 – R$ 862) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 15.700 (2015 – R$ 27.100) (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R$ 15.700 (2015 - R$ 27.100) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R$ 561.019 (2015 - R$ 552.159) realizadas com empresas do grupo com vencimento de julho de 2016 a janeiro de 2017 (2015 – julho de 2015 a janeiro de 2016).

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
Títulos para negociação				
Carteira própria	36.484	(18)	36.466	42
LTN	36.484	(18)	36.466	42
Vinculados a prestação de garantias	39.261	(22)	39.239	11.182
LFT	-	-	-	596
LTN	39.261	(22)	39.239	10.586
Total da carteira de TVM	**75.745**	**(40)**	**75.705**	**11.224**

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Carteira própria	6.136	30.330	36.466
Vinculados a prestação de garantias	-	39.239	39.239
Total da carteira – 2016	**6.136**	**69.569**	**75.705**
Total da carteira – 2015	**596**	**10.628**	**11.224**

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2016 e de 2015, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	897.957	691	50	45.238
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	422.451	1.320.129	344.088	298.925
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	-	-	7
Total	**1.320.408**	**1.320.820**	**344.138**	**344.170**

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros. **9. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R$ 3.959 (2015 - R$ 3.736) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R$ 4.483 (2015 - R$ 7.528) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R$ 16.527 (2015 – R$ 18.000) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R$ 1.612 (2015 - R$ 1.490) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R$ 14.498 (2015 - R$ 24.320), para despesas administrativas no valor de R$ 827 (2015 – R$ 1.081) e provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R$ 863 (2015 - R$ 809) (Nota 11 (b)). **10. Imobilizado de uso:** "Imobilizado de uso" está representado em 30 de junho de 2016 e 2015 por edificações, no valor de R$ 2.904 e terrenos, no valor de R$ 2.720. **11. Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	3.608	3.427	1.612	1.490
Trabalhistas	31	13	543	514
Outras – taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	320	296	320	295
Total	**3.959**	**3.736**	**2.475**	**2.299**

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias Obrigações legais	Trabalhistas	Outras	Total 2016	Total 2015
Saldo inicial	**1.551**	**529**	**308**	**2.388**	**2.799**
Despesas financeiras - juros	61	14	12	87	91
Reversões	-	-	-	-	(571)
Saldo final	**1.612**	**543**	**320**	**2.475**	**2.299**

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R$ 20.076 (2015 – R$ 18.600) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 e 2010, no valor de R$ 11.591 (2015 – R$ 5.695). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **(d) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R$ 745 (2015 – R$ 688). **12. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&FBovespa no valor de R$ 44.374 (2015 – R$ 41.787). Em 2015, a Instituição possuía rendas de administração de fundos de investimento no valor de R$ 16.594. **13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais e depósitos judiciais	23	62
Contingências trabalhistas	243	206
Provisão de honorários advocatícios	353	425
Provisão para participação nos lucros	2.036	2.864
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	1.811	3.962
Outros	17	9
Total de créditos tributários - ativo	**4.483**	**7.528**

No semestre foi constituído de crédito tributário de R$ 30 (2015 - R$ 49) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R$ 5.334 (2015 - R$ 3.511). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 4.483 é estimada em 47% no 1º ano, 17% do 2º ao 3° ano, 9% no 4º ano, 1% do 5° ao 7° ano, 2% do 8° ao 9º ano e 3% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 3.192 (2015 - R$ 5.822). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2016 e de 2015. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e CSLL	57.197	61.448
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(25.739)	(24.579)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(37)	(418)
Outros	(9)	(4)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	**(46)**	**(422)**
Total da despesa de IRPJ e CSLL no semestre	**(25.785)**	**(25.001)**

14. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital no montante de R$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R$ 50.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de julho de 2015. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. **15. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, a Instituição contribuiu com R$ 469 (2015 – R$ 364) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura esta sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações dá-se em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2016	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2015	38.081	2.013
Ações outorgadas durante o semestre (*granted*)	2.501	143
Ações entregues no semestre (*vested*)	(24.714)	(1.289)
Ações em circulação em 30/06/2016	15.868	867

	2015	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2014	75.323	3.503
Ações outorgadas durante o semestre (*granted*)	4.737	265
Ações entregues no semestre (*vested*)	(41.979)	(1.755)
Ações em circulação em 30/06/2015	38.081	2.013

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2016, incluindo encargos sociais, é de R$ 8.050 (2015 – R$15.118). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R$ 1.693 (2015 – R$3.171), incluindo os encargos sociais. **16. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	2016		2015	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	**2.575**	**-**	**862**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	2.575	-	862	-
Aplicações em operações compromissadas	**15.700**	**1.449**	**27.100**	**1.482**
Banco J.P. Morgan S.A.	15.700	1.449	27.100	1.482
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**561.019**	**36.541**	**552.159**	**29.835**
Banco J.P. Morgan S.A.	561.019	36.541	552.159	29.835
Outros créditos - rendas a receber	**1.476**	**-**	**290**	**20.813**
Banco J.P. Morgan S.A.	1.476	-	290	358
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	-	-	3.467
Lawton Multimercado Exclusivo – FI	-	-	-	16.988
Negociações e intermediações de valores	**5.897**	**4.197**	**(81.423)**	**1.542**
Banco J.P. Morgan S.A.	5.897	2.444	(81.423)	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	846	-	907
JP Morgan Whitefriars Inc	-	483	-	391
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	-	424	-	244
Despesas de pessoal	**(7.083)**	**(1.079)**	**(11.414)**	**(1.865)**
JPMorgan Chase & CO.	(7.083)	(1.079)	(11.414)	(1.865)
Outras despesas administrativas	**(1.560)**	**(3.315)**	**-**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	(1.560)	(3.315)	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **17. Outras informações:** "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesa de processamento de dados R$ 871 (2015 – R$ 930), despesa de serviços do sistema financeiro R$ 3.338 (2015 – R$ 314), despesas de comunicações R$ 681 (2015 – R$ 42), despesa com serviços de terceiros R$ 1.239 (2015 – R$ 923), despesas com depreciação no valor de R$ 222 (2015 – R$ 211), despesa com serviços técnicos especializados no valor de R$ 284 (2015 –R$ 129) e despesas com viagens no valor de R$ 271 (2015 – R$ 477).

A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis -** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de agosto de 2016.

pwc PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira

Contador CRC 1SP127241/O-0